

SIGNIFICATIVIDADE E ENTIDADE

Celso R. Braidã*

SÍNTESE – Este artigo trata da definição das noções semânticas. A partir de uma reconsideração das propostas de A. Tarski e E. Tugendhat, defende-se que as noções semânticas são complementares às noções ontológicas, no sentido de que a definição destas pressupõe e completa a definição daquelas.

PALAVRAS-CHAVE – Significativividade. Entidade. Neutralidade. Tarski.

ABSTRACT – This article deals with the definition of semantic notions. From the reconsideration of A. Tarski's and E. Tugendhat's theses, it is claimed that the semantic and ontological notions are complementary, in that the definition of latter presupposes and complements the definition of former.

KEY WORDS – Significance. Entity. Neutrality. Tarski.

Alfred Tarski alegou que a sua teoria semântica e os procedimentos de definição nela utilizados não implicavam adesão a teses epistemológicas e metafísicas específicas. Esta alegação tem sido referida como a tese da neutralidade da teoria semântica em relação a questões epistemológicas e ontológicas. Duas perspectivas podem ser exploradas para tratar desse tópico. Uma que parte da pergunta acerca do modo como alcançamos as categorias ontológicas, mais especificamente, como pergunta relativa ao papel da linguagem e das noções semânticas no estabelecimento e na definição das noções ontológicas, estas entendidas como noções relativas ao domínio de objetos. Outra, partindo-se da pergunta a respeito das implicações ontológicas subjacentes a uma dada teoria semântica, esta entendida como teoria da significativividade de uma dada linguagem. Em ambas o problema é o mesmo: a relação entre a definição das noções semânticas e a definição das noções ontológicas. Quatro estratégias de solução são imediatamente inferíveis: postular a *independência* entre as duas séries de noções; supor que *as noções semânticas são dependentes* das noções ontológicas; supor que *as noções ontológicas são dependentes* das noções semânticas; e, por fim, defender a *complementaridade* e a inseparabilidade da Semântica e da Ontologia.

De início, vou considerar duas teses associadas à alegação de Tarski. A primeira é a tese da independência; a segunda, a tese da precedência da Semântica em relação à Ontologia. Contra ambas estas leituras, vou defender que a neutrali-

* Professor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

dade não implica a independência das noções semânticas e ontológicas. A partir disso penso poder mostrar que esta não-independência apenas pode ser interpretada como complementaridade, o que exclui tanto a precedência quanto a superveniência. Desse modo, penso poder mostrar que a resposta geral a estas questões será que a estruturação do domínio de referência e o estabelecimento de uma linguagem significativa são concomitantes, do que se segue uma vinculação incontornável entre a noção de significatividade e de entidade, entre Semântica e Ontologia. Todavia, esta vinculação não será concebida nem como determinação, nem como isomorfismo, mas apenas como inseparabilidade complementar: dada uma teoria ontológica, seguem-se condicionamentos ao que se pode considerar uma teoria semântica adequada; e dada uma teoria semântica, seguem-se restrições às possíveis ontologias. Esta vinculação mostra-se na definição das noções de ambas as teorias, a qual é interdependente. O ponto em que esta conexão se entrecruza seria a definição da noção de verdade.¹

1 A neutralidade da teoria semântica

A alegada neutralidade está diretamente ligada ao caráter formal da semântica tarskiana. Enquanto considerasse apenas os aspectos formais, atendo-se aos fatores estruturais da linguagem e do domínio de referência (a partir de uma metalinguagem), o procedimento de definição semântica de Tarski seria neutro epistêmica e ontologicamente, porquanto não exigiria nem excluiria esta ou aquela posição nesses assuntos. Este aspecto transparece na definição da noção de sentença verdadeira que não estabelece nenhuma condição sob a qual "estariamos justificados a afirmar qualquer frase dada, em particular qualquer frase empírica". Por isso, no que diz respeito à disputa entre as posições tais como realismo ingênuo, realismo crítico ou idealista, empirismo ou metafísica "a concepção semântica é completamente neutra com respeito a todas estas questões".²

Como resposta às objeções de que a concepção semântica da verdade estaria comprometida com certos elementos metafísicos, objeções levantadas contra a teoria da verdade e também a inteira semântica teórica,³ Tarski procurou mostrar o não-comprometimento de sua conceitualização em argumentando que (1) se "metafísica" significa "teoria geral do objeto", a qual seria empírica e forneceria uma noção de objeto geral, então, ela "difícilmente tem quaisquer conexões com a semântica". Além disso, do ponto de vista do método (metafísico: nem dedutivo nem indutivo), (2) a semântica é puramente dedutiva; e, quanto ao vocabulário, ou termos primitivos, (3) a semântica não utiliza nenhum termo metafísico não-definido, com exceção daqueles contidos na linguagem-objeto. A conclusão de Tarski, portanto, é que "em qualquer interpretação do termo 'metafísico' que me

¹ Cf. BRAIDA, C. R., "Significatividade e verdade", *Kriterion*, 105 (2002), p. 43-66.

² TARSKI, A. "A concepção semântica da verdade", § 18, p. 105.

³ *Idem*, § 19, p. 106.

seja familiar e mais ou menos inteligível, a semântica não envolve quaisquer elementos metafísicos que lhe sejam peculiares".⁴

O descomprometimento com uma teoria geral do objeto significa que a teoria pode ser aplicada seja lá qual for a concepção acerca do que é que é tomado como objeto de referência para as diferentes expressões da linguagem. Se o universo de discurso contém anjos ou centauros, se tudo não passa de impressões sensíveis, ou se o mundo referido é uma cópia de um outro mundo inefável, isso tudo não importa, pois as noções semânticas dependem unicamente da linguagem para a qual estão sendo definidas. Nesse sentido, a teoria apenas vai explanar as propriedades dessa linguagem. Que o procedimento não seja metafísico, enquanto método, evidencia-se pela não-utilização de teoremas e regras para além daquelas admitidas na lógica clássica e de um aparato descritivo da estrutura da linguagem-objeto.

Supondo-se que nenhuma metafísica esconda-se na lógica clássica, a única via pela qual teses ontológico-metafísicas poderiam imiscuir-se nas definições semânticas seria a dos termos primitivos da linguagem-objeto. Com efeito, a linguagem em que as definições são deslanchadas sempre é uma metalinguagem constituída, convém lembrar, de termos referentes à morfologia da linguagem e termos lógicos, mais os termos da linguagem-objeto. Por conseguinte, todo e qualquer credo ontológico-metafísico tem que estar já codificado nesses termos primitivos da linguagem-objeto, seja enquanto correlatos dos termos designadores, seja enquanto correlato dos possíveis predicados engendráveis nessa linguagem, portanto, como teses ou credos acerca das *extensões* dos termos conteudísticos: dos termos singulares e dos termos gerais (entidades e tipos de entidades; propriedades e tipos de propriedades; etc.).

A neutralidade ontológica, então, pode ser interpretada como a assunção do aparato nocional embutido na linguagem-objeto, isto é, do campo semântico formado pelas expressões designativas e classificatórias básicas dessa linguagem. Ou seja, a alegação de neutralidade pode ser vista como uma hipótese metodológica que diz que qualquer que seja o campo semântico codificado na linguagem, o procedimento de análise e definição das noções semânticas poderá ser deslanchado. Seja qual for a linguagem, e seja lá qual for a concepção de mundo nela codificada, p. ex., Tupi antes e depois da cristianização, cálculo de primeira ordem ou de segunda, não importa, a teoria semântica apenas explicitará as propriedades e capacidades dessa linguagem, não privilegiando nem excluindo nem uma nem outra.

A neutralidade da teoria semântica, portanto, significa a sua capacidade de lidar com qualquer assunção já codificada na linguagem, desde que ela esteja codificada como padrão das extensões dos termos da linguagem-objeto. As definições semânticas levarão em conta apenas as relações entre as extensões dos termos, mais as operações lógicas codificadas nos termos lógicos, os quais, por defi-

⁴ Idem, § 19, p. 108.

nição, não introduzem nenhum conteúdo (extensão) novo, mas apenas mapeiam as possíveis articulações. (Além disso, é claro, os termos que expressam a morfologia da linguagem objeto, isto é, que permitem descrever e distinguir as expressões pela sua forma e também descrever o modo como tais expressões são concatenadas, constituem uma "ontologia" especial, pois dizem o que é e o que não é uma expressão significativa.)

Para uma linguagem formalizada, uma interpretação semântica é uma atribuição de extensões para as diferentes expressões conteudísticas, a partir da qual se caracterizam e definem as propriedades e relações semânticas: verdade, consequência, equivalência, consistência, etc. Enquanto procedimento de explicitação das propriedades semânticas de um cálculo, este tipo de interpretação obviamente não pode ser utilizado como ontologia, pois ele simplesmente mapeia as extensões nominais substituindo os elementos das fórmulas por expressões-objeto de uma outra linguagem, p.ex., da teoria dos conjuntos. No máximo de boa vontade exegetica, como um exercício de hiperinterpretação, isto serviria como um modelo de estrutura para possíveis ontologias.⁵ A semântica tarskiana, porém, não privilegiaria nenhuma das possíveis ontologias codificáveis em uma linguagem formal. A teoria semântica não é nem realista nem nominalista e muito menos deflacionista. E, uma vez que as definições e explicações teóricas são dadas em uma metalinguagem e valem para uma linguagem tomada como objeto, e que nas definições e explicações apenas constam expressões lingüísticas significativas, aquilo sobre o que se diz alguma coisa na linguagem-objeto simplesmente não entra em questão. Se é um mundo de conjuntos, se é um mundo de objetos físicos ou de formas – a única coisa que importa para a semântica são os mecanismos lingüísticos utilizados para dizer e negar esse mundo enquanto codificam extensões ou composições de extensões.

A tese da neutralidade da semântica o mais das vezes é confundida com a alegação de indiferença e independência entre as noções semânticas e as noções ontológicas. Todavia, como espero mostrar, a neutralidade ontológica da teoria semântica nada tem a ver com esta suposta independência. Para isso, considere-se a definição dos termos proposicionais. A distinção entre termos lógicos e termos conteudísticos ou não-lógicos, por um lado, reflete a neutralidade ao mesmo tempo que nega a independência, pois ela é decisiva para a determinação daquilo que é invariante no domínio e daquilo que é variável ou contingente. E, por outro, a escolha dos termos descritivos primitivos de uma linguagem estabelece já uma tipologia de objetos e determina também as possíveis construções de objetos complexos.

Analisemos primeiro este último ponto. A escolha dos termos primitivos determina também as categorias semânticas utilizadas na descrição das expressões lingüísticas. A escolha entre uma ontologia de eventos, de estados de coisas, de objetos atômicos, de processos, etc., condiciona as possíveis análises das senten-

⁵ PEREGRIN, "Language and its models: is model theory a theory of semantics", p. 14, 18-19.

ças. (Note-se: esta escolha é inaparente nos algoritmos de atribuição de extensão empregados na interpretação de linguagens formalizadas.) Pois, faz diferença, se apenas os objetos podem ser nomeados, ou se também o podem estados de coisas, situações e formas. Porém, tratar tais diferentes itens como portadores de nomes, isto é, como designáveis e referíveis, não é ainda tratá-los como entidades, mas tão-somente considerá-los, na teoria, como um conteúdo determinado que pode ser expresso e retomado no discurso. Por isso, embora a semântica seja neutra quanto ao que será considerado entidade, ela não é indiferente às entidades e aos tipos de entidade assumidos como passíveis de designação e descrição em uma dada linguagem.

Relembrando as palavras de Quine: "The quest of a simplest, clearest overall pattern of canonical notation is not to be distinguished from a quest of ultimate categories, a limning of the most general traits of reality".⁶ Que esta correlação não possa ser entendida apenas em uma direção, da linguagem para a realidade, é o que vimos procurando mostrar desde o começo. Mesmo ali onde se trata apenas de trabalhar com uma notação canônica minimamente comprometida com distinções ontológicas, resta que esta decisão acaba impondo a distinção entre valores de variáveis, com contraparte no domínio, ou objetos, e os predicáveis que serão tomados gramaticalmente, isto é, sem reificação, o que não é senão uma forma de ontologia.⁷ Conforme esta solução de Quine, os objetos admitidos, por conseguinte, a ontologia, sempre entram pela porta dos termos singulares, ou seja, como aquilo que é concebido como possível valor de uma variável.⁸ Mas esta é uma interpretação entre outras, pois a decisão de tomar o que é designado pelas variáveis como sendo aquilo que há não é necessária para se pensar os termos singulares, como o próprio Quine sugere.

A repartição entre termos singulares, variáveis e constantes individuais, por um lado, e termos gerais, predicados e relações, por outro, impõe uma prefiguração do domínio de referência e pode contar como uma ontologia.⁹ Incluindo esta tipificação como parte da semântica, isto é, como parte da caracterização dos marcadores semânticos utilizados na descrição do conteúdo e do valor semântico das expressões, poderíamos dizer que há uma correlação entre estabelecer uma teoria semântica e instituir uma ontologia. Pois, o que é uma categoria semântica, senão uma consequência de uma tipificação dos referentes codificada na descrição semântica. Se uma expressão é marcada como termo singular e ainda como codificando o paciente de uma ação expressa pelo predicado ou termo geral, isto já é implícita e indiretamente uma descrição do universo como contendo agentes, pacientes, ações, etc. Todavia, esta condição de modo algum modifica o fato de que a decisão de entificar os correlatos de todos as expressões marcadas como termos singulares seja exterior à semântica.

⁶ QUINE, *Word and object*, § 33, p. 161.

⁷ *Idem*, p. 230.

⁸ *Idem*, p. 240.

⁹ STRAWSON, *Analyse et Métaphysique*, p. 60, 53.

Todavia, é certo que as decisões quanto a marcadores e categorias semânticas afetam a compreensão da extensão dos termos: se apenas indivíduos ou se também conceitos e formas; se os termos gerais têm referentes, diferentes de suas extensões, etc. As diferentes categorias semânticas de expressões, e sobretudo a distinção entre o que conta como termo singular e o que conta como termo geral, já estabelecem uma hipótese com referência ao modo como é o mundo a que se refere ao empregar tais expressões. Considere-se a recusa de que os termos gerais tenham referentes para além dos indivíduos que caem sob eles, isto é, a sua extensão. Por mais trivial que esta tese seja, ela já diz algo sobre o domínio de referência, para além da mera descrição das expressões da linguagem. Também é certo que a tipificação e a categorização do domínio de entidades postuladas como existentes afetam e ao mesmo tempo permitem dizer o que são as coisas, conformando uma possível teoria semântica para qualquer linguagem que se candidate como meio de expressão desse domínio.

Por conseguinte, se há um lugar em que a ontologia aparece, este lugar é na caracterização dos objetos e propriedades admitidos como sendo os *designata* dos termos, isto é, na composição do domínio a partir do qual as extensões dos termos da linguagem-objeto se definem. Porém, é justamente nesse ponto que importa a qualificação tarskiana das definições semânticas como *formais*. A qualificação como formal indica, primeiro, que as definições semânticas não devem ser afetadas por informações empíricas; segundo, que a identidade e a entidade dos objetos referidos não está em questão¹⁰. Por exemplo, do ponto de vista semântico conta apenas o fato de que "Airton" e "João" designem indivíduos, isto é, que sejam termos singulares com um único indivíduo como extensão; a questão de quem é que é designado não importa em nada semanticamente falando. Isto é evidente na explanação de Tarski da noção de conseqüência semântica entre sentenças (tal como as demais noções definidas na metalinguagem), que de certo modo incorpora e representa toda a teoria semântica, sendo o lugar onde o procedimento definitório mostra-se em toda a sua força, cujo cerne está em que ela não possa ser afetada pela substituição de uma designação de objeto referido nas sentenças por uma designação de qualquer outro objeto.¹¹

Nas definições semânticas importa apenas que os termos refiram, ou tenham denotação, e que as suas propriedades e relações estruturais com outras expressões estejam definidas nas estipulações e regras de formação da linguagem. A conceitualização das noções semânticas é formal no sentido de que permanecem invariantes sob todas as variações não estruturais de modelos ou do domínio de referência.¹² Isso significa dizer que apenas importa a relação de referência e de satisfação a um objeto qualquer em um modelo possível. A existência do referente e do modelo não está em questão, pois o procedimento exige apenas que se ma-

¹⁰ TARSKI, "The establishment of scientific semantics", p. 404.

¹¹ TARSKI, "On the concept of logical consequence", p. 415.

¹² SHER, *The bounds of logic*, p. 53.

pelem as possíveis valorações (atribuição de denotações aos termos primitivos e de valores de verdade às sentenças geráveis na linguagem).

Portanto, a identidade dos *designata* não importa. O seu modo de ser, o que eles são e como eles são, não é uma questão semântica; unicamente o que importa é tão-só a relação formal entre as extensões das expressões não-lógicas. Este aspecto sugere que as noções semânticas são indiferentes a qualquer determinação dos objetos enquanto tais. Porém, esta sugestão contém uma pista ilusória. Pois, na relação semântica fundamental, a de satisfazibilidade, exige-se a prévia conformidade categorial entre as variáveis de uma função sentencial e a seqüência de objetos: ambas têm que pertencer à mesma categoria semântica.¹³ Este fato é pouco mencionado, na exata medida da sua obviedade. Sem este acordo prévio não haveria linguagem significativa. A sua relevância está em que aí se estabelece a *conceitualização do domínio de objetos que permite que ele seja dito pela linguagem-objeto*. Mais ainda, que permite que o inteiro procedimento definitório seja deslanchado apenas levando em consideração os termos ou expressões da linguagem-objeto e os termos da metalinguagem. Por detrás desse procedimento, sustentando-o, está a suposição de que os termos têm denotação e que as expressões bem formadas estão harmonizadas no que se refere aos tipos e categorias semânticas. Estas categorias e tipos, porém, são parte da *significatividade* da linguagem-objeto, a qual é pressuposta como dada de antemão e inquestionável pela teoria semântica que apenas explicita as relações e propriedades dessa linguagem.

Inquestionável, porque os termos conteudísticos, do ponto de vista da descrição e da definição das propriedades semânticas, apenas têm sentido relativamente a uma linguagem que, para efeitos de descrição semântica, é tomada como fixada. Isto no sentido de que as descrições e definições são realizadas na metalinguagem que simplesmente não pode alterar a significação dos termos da linguagem objeto. Por esta razão, G. Sher pode dizer que "os termos extralógicos não têm nenhum significado independente: eles são interpretados somente no interior dos modelos", e que "nós não podemos falar sobre o significado dos termos extralógicos".¹⁴ Se a expressão "Sol" é utilizada para designar a estrela em torno da qual gira a terra, do ponto de vista da descrição semântica não é possível alterar este fato, pois, na metalinguagem, assume-se a significatividade dos termos e apenas explicita-se as suas correlações.

Desse modo, embora Tarski advogue a neutralidade da teoria semântica em relação às opções ontológicas, a independência dessas duas teorias não está garantida e, talvez, não possa ser defendida. A alegação de independência apenas seria sustentável se fosse demonstrado que as definições e articulações semânticas fossem indiferentes a qualquer concepção de objeto e a qualquer estruturação do domínio. Em outras palavras, não obstante se operar com uma noção de referência formal, permanece aberta a questão da natureza e da estrutura dos objetos

¹³ TARSKI, "The concept of truth in formalized languages", p. 226.

¹⁴ SHER, *op. cit.*, p. 47.

admissíveis na interpretação, justamente em razão da interpretação referencial dos termos proposicionais e da interpretação objetual dos quantificadores. Há duas maneiras de se enfrentar esta interpelação. Uma, dizendo-se que a neutralidade da semântica, isto é, sua neutralidade em relação às entidades tidas como reais deve-se simplesmente ao fato de que já se decidiu que todos os objetos são do mesmo tipo, que apenas objetos existentes contam como referentes, que todos os objetos são determinados, etc. Outra, afirmando-se que a indiferença deve-se antes ao fato de que as definições das noções semânticas são compatíveis com quaisquer que sejam as opções e as noções adotadas em ontologia, isto é, com qualquer teoria dos objetos.

Para explicitar e reforçar a hipótese de que a neutralidade não implica a independência vou considerar a tese de que a estrutura formada pelas definições semânticas dos termos lógicos determina também as possíveis estruturas de estados de coisas do domínio de objetos de referência. Tal estrutura seria neutra, mas no sentido de que permaneceria invariável frente às modificações dos estados de coisas: qualquer estado de coisa que se realize *exporia* esta mesma estrutura. Contudo, ela ao mesmo tempo estabeleceria os limites das possíveis articulações das extensões ou entidades. Desse modo a conexão entre Semântica e Ontologia não ocorreria nos termos singulares, mas antes na estrutura que condiciona as possíveis combinações e construções. Ao expormos os aspectos estruturais da significatividade estaríamos tornando explícitos os aspectos tidos como invariantes no domínio de referência, e isto indicaria a interdependência da teoria semântica e da teoria ontológica.

Segundo esta tese, os termos lógico-estruturais constituem tanto os aspectos estruturais da linguagem quanto os aspectos invariantes do domínio de referência. Os termos lógicos representariam os aspectos fixos dos possíveis estados de coisas e situações.¹⁵ A estrutura lógico-semântica permaneceria invariante através dos mundos¹⁶ ou modelos possíveis utilizados na interpretação das sentenças. Claramente, esta concepção modifica a noção de comprometimento ontológico, pois, agora seria a distinção entre termos lógico-estruturais e termos descritivos que determinaria os comprometimentos ontológicos subjacentes. Na divisão entre termos lógicos e não-lógicos também estaria a chave para explicação da neutralidade, pois esta distinção não é fixa, de tal modo que é possível enfraquecer ou aumentar os comprometimentos ontológicos aumentando ou diminuindo os termos lógicos.¹⁷ As considerações ontológicas tornam-se, por conseguinte, um item relevante para a escolha de aparatos lógicos e sintaxes para a formalização de teorias e para a escolha de uma teoria de descrição semântica. "*Nós percebemos que os termos lógicos são veículos de comprometimentos ontológicos fortes, enquanto os termos extralógicos transmitem um comprometimento relativamente*

¹⁵ Idem, p. 56.

¹⁶ Idem, p. 65.

¹⁷ Idem, p. 135.

fraco".¹⁸ Nessa perspectiva, o comprometimento com assunções ontológicas já não seria dado pelos valores atribuídos aos termos (singulares e gerais), mas antes pela conceitualização dos termos lógico-estruturais que configuram as possíveis estruturas sentenciais e, concomitantemente, as possíveis configurações das extensões no domínio de referência.

A partir dessa forma de abordar as relações entre descrição semântica e compromissos ontológicos, a neutralidade da semântica defendida por Tarski mostra-se também como uma reconceitualização do lugar da Ontologia, pois a sua proposta pode ser interpretada como sugerindo que "a superestrutura lógica representa os parâmetros formais e metafisicamente imutáveis dos possíveis estados de coisas".¹⁹ Desse modo, a semântica formal mostra-se também como teoria ontológica. Não porque ela elimine a necessidade daquela e suas noções forneçam uma resposta para as questões ditas ontológicas. Pelo contrário, a razão é que a teoria semântica não pode deixar de estabelecer ou assumir um modo como as coisas são para poder descrever o modo como elas podem ser ditas. Modo esse codificado na assunção da significatividade da linguagem a ser descrita. Todavia, penso que o inverso também se dá, sendo melhor dizer que a estrutura ontológica e a estrutura da significatividade são aspectos complementares de uma mesma conceitualização: a construção de um aparato descritivo e discretivo de objetos significantes e significados.

Para melhor compreendermos a alegação de neutralidade advogada por Tarski, relembremos a proposta de R. Carnap de um sistema de categorias *neutro* ou descomprometido com posições metafísicas. Esta retomada permitirá reforçar ainda mais a opinião de que a neutralidade não implica independência. A tese da neutralidade (entre o realismo e o idealismo metafísicos) defendida por R. Carnap visava a separação entre duas tarefas: o desenvolvimento de um sistema de categorias ou conceitos básicos em termos do qual o conteúdo denotacional da linguagem pudesse ser explicitado; e a avaliação desse sistema em termos de sua adequação descritiva em relação ao real ou à experiência. A tese da neutralidade diz que se pode realizar a primeira tarefa sem se comprometer com qualquer posição a respeito da segunda.²⁰

No que diz respeito aos objetos, é a noção de constituição de um objeto no interior do sistema que mais explicitamente poderia indicar o comprometimento com posições ontológicas. Por isso, Carnap insiste que a frase "a constituição (ou construção) de objetos" "é sempre no sentido neutro",²¹ uma vez que tal constituição parte sempre de uma base (elétrons, pontos espaço-temporais, percepções, impressões, etc.) e; não importando a base escolhida, os itens básicos de um sistema de constituição não são avaliados com respeito ao seu estatuto metafísico como *objetos* independentes (da mente), frente a *conceitos* de objetos indepen-

¹⁸ Idem, p. 136.

¹⁹ Idem, p. 138.

²⁰ CARNAP, *The logical structure of the world; pseudoproblems in philosophy*, §§ 5, p. 100.

²¹ Idem, § 5.

dentes, e objetos dependentes da mente. Desse modo, a expressão 'objeto' (*Gegenstand*) é utilizada no sentido mais amplo possível, compatível com qualquer tomada de posição acerca do que eles são ou podem ser.

No que se refere à descrição semântica, isto implica que os termos sejam descritos como o que denota tanto o objeto quanto o conceito. Se um certo signo de objeto denota o conceito ou o objeto, se um enunciado aplica-se a conceitos ou a objetos, isto não introduz uma diferença lógica (semântica), mas no melhor dos casos uma diferença psicológica. A tese de Carnap é que a escolha de um ou de outro não configura duas posições diferentes, mas meramente dois diferentes idiomas de interpretação. Estas duas linguagens que lidam com conceitos e com objetos e ainda assim dizem o mesmo são realmente a linguagem do realismo e a linguagem do idealismo. Confrontado com a questão "O pensamento 'cria' os objetos, ou o pensamento 'meramente' apreende-os, como realista afirma?", a teoria da constituição emprega uma linguagem neutra e mantém que os objetos não são nem 'criados' nem 'apreendidos', mas antes constituídos.²²

A neutralidade é, então, a tese da indiferença lógico-semântica em relação ao que é que são os objetos básicos da teoria, no sentido de que a teoria da descrição semântica é indiferente ao modo como eles são conceitualizados. A teoria semântico-descritiva apenas proveria uma estrutura invariante de proposições, sem avaliá-las externamente ou metafisicamente, a qual, contudo, seria uma base neutra para as diferentes posições metafísicas.²³ Isto se mostra na forma de descrever o fato de que um objeto ou conceito seja idêntico ou diferente de um outro. Para isso, do ponto de vista da descrição semântica, importa apenas o que pode ser enunciado na linguagem: um objeto (ou conceito) é redutível a outro se todos os enunciados sobre ele podem ser transformados em enunciados sobre o outro.²⁴ Em suma, a organização estrutural de um domínio de referência não propicia explicações propriamente ontológicas, mas tão-somente fornece as bases para dar conta dos aspectos inferenciais do sistema de sentenças ou teoria. Isto é, apenas estabelece e mapeia as relações entre as expressões.

Retornemos à tese da neutralidade em Tarski. Considere-se um dos princípios mais importantes deriváveis da semântica tarskiana, o de que um argumento é válido se ele não tem nenhum contramodelo. Ou, um argumento é válido se e somente se não existe um modelo em que as premissas são verdadeiras e a conclusão falsa. Em nenhum sentido este princípio exige que os modelos em questão sejam reais ou atuais. O que está em questão é a *possibilidade* de um contra-exemplo, e não a sua existência efetiva.

Aplicando-se a tese da neutralidade na interpretação de um cálculo formal, como o cálculo de predicados de primeira ordem, esta leitura torna-se evidente. A interpretação clássica é realizada em termos conjuntistas em que variáveis apa-

²² Idem, § 5, p. 176, 179.

²³ SEIBT, J. "Constitution theory and metaphysical neutrality"; NORTON, B. G. *Linguistic frameworks and ontology*, cap. 2.

²⁴ CARNAP, *op. cit.*, §2.

nham membros de um domínio de entidades enquanto as constantes predicativas unárias apanham subconjuntos desse domínio. O que é esse domínio, e o que são os indivíduos e os subconjuntos, contrapartes dos termos não-lógicos, não importa para a definição formal das noções semânticas.

Esta interpretação da tese da neutralidade pode ser comprovada a partir de trabalhos recentes que retomam a solução de Carnap. Por exemplo, G. Legenhausen, no artigo "New semantics for the lower predicate calculus", mostra que é possível interpretar o cálculo de predicados de primeira ordem a partir de duas semânticas (modelos) não-ortodoxos, sem que se perca a consistência e a completude. A motivação de seu trabalho é explícita: retomar e reforçar a tese da neutralidade. Para isso ele defende três alegações: primeira, nem a semântica tarskiana tradicional nem nenhum dos sistemas propostos requer um comprometimento com uma ontologia de qualquer tipo de entidade; segunda, a neutralidade metafísica da semântica proposta pode não ser aparente se se assume que a extensão de um termo individual é idêntico a sua referência; terceira, embora os vários sistemas de semântica possam ser metafisicamente neutros, as diferentes estruturas desses sistemas podem ser vistas como *modelando* alegações metafísicas opostas.

Em uma das interpretações analisadas, ele toma como contrapartes das constantes predicativas elementos de um domínio e para os termos individuais subconjuntos, invertendo assim a interpretação clássica. Este sistema poderia servir de modelo para uma ontologia que tomasse as propriedades como básicas e os indivíduos como feixes de propriedades. Na outra interpretação tanto aos termos individuais como aos termos predicativos são atribuídos conjuntos, o que a torna uma forte candidata para modelar uma ontologia que apenas admitisse conjuntos como objetos de referência. Entretanto, o ponto defendido por Legenhausen é que suas duas semânticas não o comprometem com nenhuma ontologia, nem sequer com a sugestão de que essas seriam as mais plausíveis. O seu argumento é que isto se seguiria apenas sob a tese da identificação entre a extensão e o referente dos termos.

Com efeito, esta é uma tese aceita sem mais discussão. Carnap era explícito sobre este ponto: "a extensão de uma expressão individual é o indivíduo ao qual ela refere (ou que ela descreve, se ela é uma descrição)".²⁵ Carnap, desse modo, estaria identificando a aceitação de um aparato lingüístico com a aceitação de um aparato de objetos.²⁶ Entretanto, a identificação da extensão e da referência é ambígua, pois uma interpretação de uma linguagem pode ser vista de duas maneiras: como representando possíveis estados do mundo ou como representando possíveis atribuições de significados às expressões lógicas e não-lógicas. Obviamente no primeiro sentido, representacional, referência e extensão se confundem.

²⁵ CARNAP, *Meaning and Necessity*, p. 40.

²⁶ NORTON, *op. cit.*, p. 79.

Mas, isto não acontece na segunda, pois ali nada é dito acerca dos referentes ou do mundo.²⁷

A dissociação de extensão e referência afeta a relação entre modelo e assunção ontológica, pois desse modo a legitimidade de um modelo não mais se confundiria com a sua adequação como representação da realidade. Uma vez dissociada a extensão da referência, os modelos pelos quais se faz a interpretação de um determinado fragmento discursivo, a qual permite que se defina as propriedades semânticas das diferentes expressões que compõem este fragmento, ainda teriam que ser avaliados quanto a sua adequação ontológica. A legitimidade semântica de um modelo apenas garante a sua plausibilidade como teoria ou instrumento de descrição daquilo que há. Eis o que significa, então, a neutralidade: não é necessário que um modelo seja tido como espelho do real para que ele possibilite a interpretação de uma linguagem. Conseqüência esta que implica desligarmos a significatividade da existência.

Esta conclusão, de que a definição das noções semânticas não nos compromete com a identificação das extensões dos termos não-lógicos com tipos de entidades e propriedades, é tão-somente uma decorrência do caráter metalingüístico destas definições. Do ponto de vista da metalinguagem o que interessa e o que apenas pode ser considerado é a relação entre as extensões dos termos, p.ex., se a extensão de um termo singular faz parte ou não da extensão de um termo geral, ou se as extensões de dois termos gerais se sobrepõem, se complementam, etc. Para isso não é necessário supor que tais extensões têm existência.

Porém, do fato de que diferentes modelações do domínio sejam compatíveis com a estratégia de definição tarskiana, preservando as principais propriedades semânticas de uma linguagem formal, não se segue que seja indiferente à modelação que está sendo adotada. Isto torna-se claro pelo trabalho de N. Cochiarella sobre a teoria da predicção.²⁸ Cochiarella mostrou de forma clara que as semânticas formais correlativas às diferentes posições metafísicas clássicas não são equivalentes. As diferentes suposições ontológicas na interpretação das constantes predicativas de uma linguagem determinam diferentes propriedades semânticas dessa linguagem, a ponto de cada uma das suposições produzir uma nova linguagem. Isto em nada afeta a neutralidade da teoria semântica tal como ela foi defendida por Tarski. O ponto de Cochiarella é antes que as modificações das assunções ontológicas no que diz respeito aos predicados têm reflexos nas propriedades semânticas de uma linguagem. Portanto, que as assunções ontológicas e semânticas são interdependentes.

Penso que estes trabalhos são suficientemente claros acerca de como deve ser entendida a tese da neutralidade da teoria semântica. De modo algum a neutralidade implica indiferença e independência. Esta ilação é retirada em parte pela confusão entre extensão e referência, mas sobretudo pelo enfoque na noção de sistema formal não-interpretado. Uma vez que se admita que a significatividade

²⁷ CARPINTERO, "The model-theoretic account of the logical properties", p. 109-10.

²⁸ COCHIARELLA, *Logical investigations of predication theory and the problem of universals*, 1986.

das diferentes expressões tem origem na remissão a um domínio de referência, segue-se que um aparato formal não-interpretado não é meramente neutro; ele simplesmente não tem significação e, sendo assim, é ontologicamente vazio. O que tais trabalhos indicam é, ao contrário, que as noções semânticas estão sim intimamente ligadas às noções ontológicas, e que esta conexão pode ser pensada de diversos modos, pois é através da atribuição de relações semânticas ao aparato lógico-formal que este adquire propriamente significação e suas propriedades mais características, inclusive as ontológicas. Disso pareceria seguir-se que o ontológico é um subproduto da significatividade. Porém, pode-se dizer que a significatividade sobrevém ao ontológico, o qual se estabelece antes, pois é pela remissão a um domínio de referência que a significatividade se estabelece. Que esta remissão seja apenas formal não elimina a conexão entre significatividade e entidade, unicamente inviabiliza que ela seja tomada como representação do que existe. Isto de modo algum implica que a descrição lógico-semântica de um fragmento de discurso tenha que se submeter a crenças ontológicas inquestionáveis. Apenas indica que a invenção de aparatos semânticos mais perspicazes e adequados aos modos pelos quais se diz alguma coisa é concomitante à instituição de aparatos nocionais ontológicos mais refinados, e vice-versa.

Estas considerações são suficientes para mostrar que a alegação de neutralidade ontológica da teoria semântica não implica que ela seja indiferente e independente da conceitualização do domínio de objetos tomados como aquilo em referência a que a linguagem é significativa. A descrição semântica não pode deixar de levar em consideração as diferentes categorias de expressões, correspondentes aos diferentes tipos de entidades, implícita no aparato constituído pelos termos singulares e gerais que compõem o léxico de uma linguagem. A este aparato vimos denominando de campo lingüístico. Este campo lingüístico pode conter ou não uma determinada categoria ontológica; p. ex., em uma dada linguagem o termo "cor" pode ser modalizável e assim dar conta de todas as possíveis variações de cor; em outra, o termo "cor" pode ser um termo geral que é instanciado por diferentes amostras (vermelho, verde, azul, etc.). Nessas duas possíveis linguagens a ocorrência do termo "cor" implicaria diferentes assunções do ponto de vista ontológico e, também, diferentes assunções do ponto de vista da descrição semântica: a descrição semântica em termos inferenciais-referenciais das ocorrências dessa expressão resultaria em diferentes conteúdos. A escolha de uma ou outra é tanto uma questão de gramática quanto de ontologia.

2 A semântica formal não dispensa a investigação ontológica

A partir desta interpretação da tese da neutralidade e da suposição de que a significatividade é indiferente em relação à existência dos objetos de discurso, vou questionar agora a tese da dependência das noções ontológicas em relação às

semânticas, na forma defendida por E. Tugendhat,²⁹ pela qual as questões ontológicas são resolvidas na e por meio da semântica formal.

A solução proposta por E. Tugendhat, nas *Vorlesungen*, para o equacionamento das relações entre Semântica e Ontologia, pela qual, a partir da perspectiva aberta pela filosofia analítico-lingüística, a Ontologia seria absorvida pela Semântica formal, é alcançada como uma conseqüência bem-vinda da tese segundo a qual o conceito de objeto não seria tematizável sem o recurso à significatividade de termos singulares. Com efeito, admitindo-se que apenas pudéssemos especificar o que é o conceito filosófico de objeto apenas pelo recurso dos termos singulares, da palavra 'algo' e de outros pronomes, então, a explanação da objetualidade do objeto (ou do ente enquanto ente) apenas seria realizável pela reflexão sobre o uso das expressões lingüísticas utilizadas para dizer os objetos: "a objetualidade dos objetos não pode ser tematizada independentemente do significado dos termos singulares".³⁰ Embora Tugendhat sugira que desse modo a distinção entre significado e objeto não é eliminada, no plano metateórico ele termina por afirmar que:

A Ontologia está completamente absorvida e preservada na Semântica formal. Isto vale não apenas para as partes da Ontologia tradicional, nas quais algo, as determinações predicativas, fora ilegitimamente objetificado. Vale também para a Teoria dos objetos que agora se mostra como uma parte da Semântica formal.³¹

Segundo esta tese, as questões ontológicas são agora respondidas através de investigações lingüísticas,³² uma vez que é apenas pelo uso da linguagem que algo como "realidade", "objeto", "entidade", pode nos ser explicitado. Isto é uma decorrência, porém, de uma suposição que vai muito além da semântica, a saber, "Que não existe uma referência a um objeto – a um particular – livre de signos".³³ Esta suposição, note-se logo, é semelhante a que diz que do ponto de vista da metalinguagem apenas os objetos que podem ser referidos e designados na linguagem-objeto estão disponíveis para o discurso. Em Tugendhat, porém, trata-se antes de uma tese sobre a consciência de objetos em geral: "A idéia tradicional de uma relação sujeito-objeto livre de linguagem mostrou-se como vazia de sentido. Não existe referência a um objeto fora do contexto de uma sentença".³⁴

²⁹ TUGENDHAT, *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*, 1976.

³⁰ Idem, p. 50: "[...] kann man die Gegenständigkeit der Gegenstände nicht unabhängig von der Bedeutung von singulären Termini thematisieren".

³¹ Idem, p. 48: "die Ontologie in der formalen Semantik vollständig aufgeht und erhalten bleibt. Das gilt nicht nur für die Teile der traditionellen Ontologie, in denen etwas zu Unrecht vergegenständlicht wurde, die prädikativen Bestimmungen. Es gilt auch für die Gegenstandstheorie, die sich jetzt als ein Teil der formalen Semantik erweist".

³² Ibidem.

³³ Idem, p. 482: "dass es eine zeichenfreie Bezugnahme auf einen Gegenstand – auf Einzelnes – nicht gibt".

³⁴ Idem, p. 498: "Die traditionelle Idee einer sprachfreien Subjekt-Objekt-Beziehung hat sich damit als sinnleer erwiesen. Eine von einem Satzkontext losgelöste Bezugnahme auf einen Gegenstand gibt es nicht".

Aplicada à noção de termo proposicional, a tese torna-se mais explícita. Somente se pode esclarecer a noção de termo geral (e de conceito) recorrendo-se ao uso de expressões predicativas, e por sua vez, à noção de termo singular (e de objeto) apenas explanando-se o uso de expressões designadoras.³⁵ Termos singulares e termos gerais, bem como a noção mesma de proposição, são agora explicados lingüisticamente, e as noções correlatas de conceito e objeto também. Desse modo, o argumento principal para a subsunção da Ontologia à Semântica é que apenas podemos falar de objetos, seja para referi-los, seja para predicar alguma coisa deles, no contexto de uma sentença de alguma linguagem, isto é, pelo uso de expressões que se tornam significativas na exata medida em que são usadas. Mais ainda, aquilo que se predica deles também é dependente de uma dada linguagem. Os predicados são relativos a uma linguagem e a sua significatividade, isto é, a sua capacidade de exercer uma função semântica no contexto de uma sentença não implica a existência de algo (conceito, propriedade, etc.), mas tão-somente regras de uso que remetem sempre ao uso de outras expressões. Daí a conclusão posta como hipótese: que, em uma filosofia de orientação analítico-lingüística a Ontologia apenas pode ser compreendida *qua* Semântica formal.³⁶

Para chegar a esta conclusão Tugendhat distingue e contrapõe uma teoria semântica conteudística e uma teoria semântica formal, entendendo que a caracterização como formal implica a abdicação da teorização sobre o conteúdo. A semântica formal, nesse sentido, tematizaria apenas os aspectos estruturais da linguagem (fonética, sintaxe e semântica), através de uma formalização lingüística em que todos os conteúdos são representados através de variáveis. O resultado seria a aplicação da notação canônica como aparato de descrição semântica, tal como isto foi propugnado por Quine. A formalização de um fragmento discursivo, no sentido de sua transposição para uma linguagem canônica que explicita a forma lógico-semântica das suas sentenças, responderia às ditas perguntas ontológicas sem nenhum resíduo, pois a explanação do uso da expressão "objeto" e do conceito nela codificado esgotar-se-ia na explanação dos termos singulares:

O cientista que lida com objetos de um certo domínio e suas propriedades usa (entre outras) sentenças da forma "Fa", nas quais, com os termos singulares que ele usa em lugar de "a", ele refere-se a determinados *objetos*, por exemplo, com a expressão "a lua" refere-se à lua. O semântico de conteúdo pode perguntar acerca do *significado* desta e de outras expressões. Agora, quando alguém formaliza o que o cientista (ou qualquer outro usuário da linguagem) faz quando refere-se com este termo singular ao objeto, portanto, quando pergunta-se o que significa em geral referir-se a um objeto e o que, em geral, significa falar-se de um objeto ("o que um objeto *qua* objeto é?"), isto realiza-se precisamente mediante a formalização da pergunta acerca do conteúdo do

³⁵ Idem, p. 42-43.

³⁶ Idem, p. 43: "dass die Ontologie nur in einer als formale Semantik verstandenen sprachanalytische Philosophie zu sich selbst findet".

semântico e perguntando-se sobre o significado formal do termo singular. A formalização objetual encontra seu sentido na formalização semântica.³⁷

O aparato descritivo da semântica formal, ao explicitar o modo de utilização das expressões e determinar as funções semânticas envolvidas em um fragmento discursivo elucida também as noções relativas ao domínio de referência, nada restando para ser feito por uma teoria adicional do objeto. Todavia, assim posto, fica claro que tudo está decidido de antemão no uso da linguagem que está sendo descrita formalmente e no modo como foi estabelecida a linguagem de formalização.

Para avaliar esta tese, faz-se necessário tornar claro o que é que está em questão. Penso que o problema é o da hierarquia conceitual³⁸ entre dois aparatos nocionais, o qual não é senão a questão da definição das noções ou conceitos. No caso, ao dizer-se que a teoria semântica precede a teoria ontológica quer-se dizer que as noções ontológicas são definíveis a partir dos conceitos semânticos e que estes podem ser definidos sem que aqueles o sejam; ao dizer-se que a teoria ontológica é dependente da teoria semântica, quer-se dizer que o conjunto de termos ontológicos somente pode ser definido em termos semânticos, estes tomados como termos primitivos do conjunto formado pelos termos de ambas as teorias, não sendo necessário nenhuma outra noção ou termo.

O problema da hierarquia conceitual, por conseguinte, tem que ser abordado como relativo à definibilidade dos termos. Como parâmetro, considere-se a definição de definibilidade sugerida por Tarski:

Let "a" be some extra-logical constant and B any set of such constants. Every sentence of the form: (I) $(x): x = a \equiv \phi(x; b', b'', \dots)$, where ' $\phi(x; b', b'', \dots)$ ' stands for any sentential function which contains 'x' as the only real variable, and in which no extra-logical constants other than 'b', 'b"', ... of the set B occur, will be called a *possible definition* or simply a *definition of the term "a" by means of the terms of the set B*. We shall say that the term "a" is *definable by means of the terms of the set B on the basis of the set X of sentences*, if 'a' and all terms of B occur in the sentences of

³⁷ Idem, p. 43: "Der Wissenschaftler, der es mit Gegenständen eines Bereichs und ihren Bestimmungen zu tun hat, verwendet (unter anderem) Sätze der Form 'Fa', wobei er mit den singulären Termini, die er dabei an der Stelle von 'a' verwendet, auf bestimmte *Gegenstände* bezugnimmt, z. B. mit dem Ausdruck 'der Mond' auf den Mond. Der inhaltliche Semantiker kann nach der *Bedeutung* dieses und anderer Ausdrücke fragen. Wenn man nun das, was der Wissenschaftler (oder jeder andere Verwender der Sprache) tut, wenn er mit diesem singulären Terminus auf diesen Gegenstand bezugnimmt, formalisiert, wenn man also fragt, was es im allgemeinen heisst, auf einen Gegenstand bezuzunehmen, und was die Rede von einem Gegenstand überhaupt besagt ("was ein Gegenstand als Gegenstand 'ist'"), dann geschieht das eben in der Weise, dass man die inhaltliche Fragestellung des Semantikers formalisiert und nach der formalen Bedeutung der singulären Terminus fragt. Die gegenständliche Formalisierung findet ihren Sinn in der semantischen Formalisierung".

³⁸ Utilizo as expressões "precedência", "superveniência" e "independência" para caracterizar a hierarquia conceitual, seguindo a caracterização de Per MARTIN-LÖF da "ordem da prioridade conceitual" pela qual um conceito precede um outro, se na definição do segundo utiliza-se o primeiro, em "A Path from logic to metaphysics", p. 1.

the set X and if at the same time at least one possible definition of the term "a" by means of the terms of B is derivable from the sentences X.

With the help of the concept of definability we can explain the meaning of various other methodological concepts which are exactly analogous to those defined in terms of the concept of derivability. For example, the concepts of the *equivalence of two sets of terms*, of the *system of primitive terms for a given set of terms*, etc. It is clear that all these concepts must be relativized to a set X of sentences. [Nota-de-rodapé: It is not difficult to see why the concept of definability, as well as all derived concepts, must be related to a set of sentences: there is no sense in discussing whether a term can be defined by means of other terms before the meaning of those terms has been established, and on the basis of a deductive theory we can establish the meaning of a term which has not previously been defined only by describing the sentences in which the term occurs and which we accept as true.] In particular, B will be called an *independent set of terms* or a *set of mutually independent terms, with respect to a set X of sentences*, if no term of the set B is definable by means of the remaining terms of this set on the basis of X.³⁹

Esta orientação estava dirigida para o problema da definibilidade em sistemas dedutivos, e obviamente as teorias gerais, tanto semânticas quanto ontológicas, não têm a precisão formal e o fechamento ali exigidos. Entretanto, a alegação de precedência entre dois sistemas conceituais não pode deixar de enfrentar a questão da definibilidade, e a sugestão de Tarski pode ser tomada como um esquema formal que fornece as condições mínimas de adequação. Seguindo este esquema, podemos esclarecer a afirmação de que uma noção precede ou é independente de uma outra em termos rigorosos, no sentido das condições de definibilidade de cada uma delas.

A partir disso, pode-se distinguir outras relações entre noções, tais como inclusão, implicação e envolvimento. A diferença entre inclusão, implicação e envolvimento conceitual pode ser estabelecida do seguinte modo.⁴⁰ Direi que, se o conceito C *inclui* um outro conceito C', então, C' é necessário para a definição de C; se um conceito C *implica* um outro conceito C', então, se C é instanciado C' também é instanciado; e, se um conceito C *envolve* um outro conceito C', então, para expressar C há que se utilizar C'. Por exemplo, o conceito de humano implica o conceito de animal, pois se algo é humano é animal. Já o conceito de pessoa proprietária de um barco inclui o conceito de barco, pois o conceito de proprietária de um barco apenas exige o conceito de barco, não a instanciação deste. Os conceitos de vermelho ou redondo e de não-vermelho, porém, apenas envolvem o conceito de vermelho, pois, não obstante esta noção figurar na formulação daqueles conceitos, eles nem o incluem nem o implicam. Estas estipulações certamente não esgotam os sentidos associados àquelas expressões. Além disso, deve-se notar que estas relações entre conceitos apenas têm sentido ali onde ambos os concei-

³⁹ TARSKI, "Some methodological investigations on the definability of concepts"; 1983, Cap. X, p. 299.

⁴⁰ Retomo aqui as distinções propostas para as relações entre propriedades por R. CHISHOLM, no livro *On Metaphysics* (p. 101-102), aplicando-as aos conceitos.

tos pertencem à mesma teoria englobante previamente delimitada. Porém, para os propósitos aqui visados esta caracterização é suficiente.

Em quais desses sentidos diz-se que as noções ontológicas e as noções semânticas se relacionam, quando afirma-se que a semântica formal *substitui*, ou *absorve*, a ontologia? Claro é que para as noções semânticas poderem ser ditas precedentes elas não poderiam nem envolver, nem incluir nem implicar noções ontológicas. E estas, por sua vez, para serem consideradas dependentes ou supervenientes àquelas não bastaria a relação de envolvimento – as noções ontológicas teriam que implicar ou incluir as noções semânticas. Nos termos sugeridos por Tarski, as noções ontológicas teriam de ser definíveis a partir das noções semânticas e estas, por sua vez, teriam de ser independentes em relação àquelas.

Posta a questão no âmbito da caracterização das relações entre a definição das noções, podemos retomar a tese de Tugendhat sobre a diluição da ontologia na semântica formal. Se ela é posta como tese acerca da definição das noções ontológicas, eu penso que ela está aberta a objeções baseadas na distinção entre a introdução de um objeto e a introdução de uma expressão e na distinção entre a consistência e a objetividade de um conjunto de sentenças geráveis em uma linguagem.

Embora seja concebível a exploração de uma linguagem teórica qualquer, apenas levando-se em consideração o encadeamento das equivalências semânticas, sem nunca perguntar-se nem pela objetividade nem pela identidade dos referentes, para que esta construção lingüística e as definições aí alcançadas contem como uma teoria ontológica, há que se mostrar a legitimidade da passagem das construções geráveis inferencialmente na linguagem para a adequação como descrição teórica do que é suposto existir. A assunção da equivalência entre *ser inferível* dentro da linguagem e *ter objetividade* descritiva, obviamente é um passo exterior à semântica e dispensável para a consecução de sua tarefa. Pois, a significatividade de uma dada linguagem, apesar de estar conectada com o extralingüístico, é autônoma em relação à referência e à existência, o que impossibilita, sem a pressuposição da existência de referentes primitivos, que se conceba o campo de inferências possíveis em uma linguagem como configurando imediatamente uma teoria ontológica. Convém lembrar o procedimento de Frege, que exigia que todos os nomes primitivos denotassem e que os axiomas básicos fossem verdadeiros. Somente a partir do cumprimento dessas duas exigências é que se poderia postular que o inteiro sistema, isto é, tudo o que fosse gerado inferencialmente a partir desses primitivos seria também verdadeiro e preservador da referencialidade. O valor objetivo (ontológico) de um sistema de proposições inferencialmente alcançado, desse modo, depende inteiramente das proposições primitivas, tomadas como absolutamente verdadeiras.⁴¹ Esta condição está radicada na diferença entre "tomar por verdadeiro" e "ser verdadeiro". A primeira é suficiente para retirar todas as conseqüências e equivalências semânticas de um conjunto de sentenças,

⁴¹ PROUST, *Questions de forme*, p. 241.

e equivale ao emprego de um modelo, portanto, como descrição semântica legítima. Todavia, disso não se segue a sua verdade, isto é, que o modelo seja uma representação adequada da realidade.⁴² Que o modelo tido por verdadeiro seja agora tomado como sendo verdadeiro ou como configurando uma teoria ontológica é um passo que está além daquilo que se pode justificar na teoria semântica descritiva.

Por isso, da constatação feita por Tugendhat de que objetos não são dados sem a mediação da linguagem, não se segue que a existência e a determinação dos objetos sejam fixadas pelo modo lingüístico de apresentá-los, pois os objetos têm propriedades muito diferentes das expressões que os designam ou a eles se aplicam. Da constatação de que não se pode fazer referência (modo lingüístico de trazer um objeto à consciência) fora do contexto de uma sentença, isto é, que um termo designador apenas exerce a função de referir no contexto de uma sentença ou proposição, não se pode inferir nada acerca das entidades referidas, pois expressões podem ser termos, designadores ou qualificadores, e não haver nenhum objeto designado ou qualificado.

O diagnóstico da origem dessa tese é, pois, a ocorrência de uma contumaz confusão entre duas tarefas interessantes filosoficamente, associadas à teoria semântica: o problema de explicar os aspectos e características do uso de uma linguagem, em particular as noções de expressão significativa e de interpretação de uma expressão lingüística, e o problema de discriminar e explicitar as categorias básicas das teorias (ou crenças) sobre o mundo que é dito e descrito em um momento dado através do uso de uma linguagem. No que diz respeito à semântica formal, esta confusão transforma-se na tese de que a tarefa de descrição e definição das propriedades semânticas de uma linguagem utilizando modelos resolve também o problema do estabelecimento de um aparato nocional ontológico. Além disso, fica claro que a tese de Tugendhat é cativa da concepção da linguagem como *medium* universal pelo qual unicamente se pode falar do mundo ou domínio de referência. O universo de discurso torna-se assim *intra lingüístico*, no sentido de que os possíveis modelos, e por conseguinte a própria teoria semântica, são uma decorrência da sintaxe ou forma lógica de uma dada linguagem. Especialmente, o aparato referencial e de quantificação são explanados de tal modo que o seu sentido se esgota na sua forma lógica e no uso de variáveis.

Contra esta concepção abre-se a perspectiva cujo cerne está na tese de que a conexão semântica implica que o universo de discurso seja extralingüístico no sentido minimal de ser algo distinto da linguagem analisada (o qual pode ser garantido pela trivial distinção entre uso e menção de uma expressão). Nessa perspectiva as fórmulas quantificadas são interpretadas relativamente a um universo de discurso, mas este não é uma decorrência das regras enunciadas na parte sintática da linguagem, mas antes advém da correlação do aparato sintático com algo

⁴² Idem, p. 255.

distinto tomado como aquilo a partir do qual se interpretam as expressões geráveis na linguagem.

As duas perspectivas se equivalem apenas sob a pressuposição de que todas as expressões codificam uma extensão definida, pois sob essa condição pode-se tomar como equivalentes a operação de construir ou definir um objeto e a operação de compor ou definir uma expressão, de tal modo que a *dizibilidade* torna-se equivalente à *realidade*. Entretanto, como venho argumentando, desse modo é a teoria semântica que é posta como dependente da ontologia, pois ela pressupõe que de antemão os termos primitivos tenham referência determinada. Por conseguinte, é possível resistir à conclusão que Tugendhat quer nos impor amparando-se na objeção de que ela confunde sim "o *objeto designado* com o *significado* da palavra", não como pensava Quine que se poderia confundir, isto é, reificando o significado, mas, ao contrário, tratando todo e qualquer objeto como um efeito da significatividade, reduzindo os objetos referidos a meros reflexos das propriedades semânticas das expressões de uma linguagem.

A tese da precedência das noções semânticas em relação às ontológicas decorre da suposição inferencialista de que a verdade de uma asserção é condição de possibilidade para a determinação do que nela é tomado como objeto de referência.⁴³ Todavia, penso que mesmo que se aceite esta suposição não se segue dessa aceitação que as noções ontológicas estejam subsumidas às semânticas, pois a determinação de uma proposição como verdadeira não depende apenas da linguagem, sobretudo daquelas que dizem a existência ou não de um objeto. Além do mais, está claro que a introdução de um termo designador na linguagem, o qual pode ocupar o lugar de outros termos designadores em sentenças sem destruir a sua boa formação semântica, não se confunde com a introdução de uma entidade ou referente no discurso. E, se estas duas tarefas são distintas, a semântica, seja ela formal ou não, é um expediente falho para o estabelecimento de uma teoria ontológica.

Pela suposição de Tugendhat, de que a consciência de objetos está sempre já operando sobre a base da linguagem, não fica explicado como é que temos consciência da linguagem, pois a linguagem mesma é pensada como um óculo através do qual apenas podem se dar objetos para um falante. Esta maneira de conceitualizar obviamente está amparada na distinção entre tipo e ocorrência das expressões, e a linguagem é identificada apenas com os tipos ou forma geral das expressões ou regras gramaticais. Mas cabe a pergunta: e a linguagem, mesmo enquanto tipo ou forma, sobre que base ela opera? Pela tese da precedência, a noção de objeto não é necessária para se compreender a noção de expressão ou signo, logo, a linguagem mesma tem que estar disponível independentemente da relação com objetos. Ou seja, a razão da dificuldade com a tese da subsunção é que desse modo o acesso à linguagem tem que ser não-objetual, isto é, a linguagem tem que ser pensada como não se dando aos seus usuários como objeto. Ora, como é que

⁴³ TUGENDHAT, *op. cit.*, p. 338.

algo pode ser tomado como expressão (signo, sinal) sem antes ser dado como um objeto?

Admitindo-se que a linguagem não se dê como objeto, e que os tipos e formas sejam anteriores às ocorrências, surge o problema do aprendizado, pois tipos é justamente aquilo que não há na cena do aprendizado. O que há são objetos, ações e comportamentos. Admitindo-se também que são as regras e modos de comportamento que perfazem a significatividade. Mesmo assim, do fato de que a significatividade seja derivada de regularidades de uso e modos de lidar com o entorno (de um ser senciente-agente) não se segue, porém, que é unicamente pela linguagem que tal ser tem acesso a objetos. A cena de introdução de uma linguagem não está composta apenas de linguagem para a qual são posteriormente introduzidos expressões (sinais sonoros e visuais, enfim, objetos sensíveis) e através delas, mais tarde ainda, um domínio de objetos de referência. Penso que a ordem natural é justamente a inversa.

Os dispositivos de indicação (*déixis*), enquanto âncoras da linguagem no mundo, mostram que se pode desfazer os perigos que tal teoria quer evitar, a saber, que os objetos e o mundo estejam determinados antes que algum discurso os descreva, de tal modo que a linguagem viria apenas mimetizar a ordem e a determinação do mundo. Dada a suposição de que a função das expressões dêiticas não seja redutível à das outras, segue-se que ter por verdadeira uma sentença existencial pressupõe o exercício de uma função semântica referencial. Mas, a função referencial direta não compromete ou introduz nenhuma assunção ontológica acerca daquilo que foi referido, pois ela opera apenas com propriedades e descrições contingentes da entidade introduzida como objeto. Por conseguinte, a introdução de um objeto no discurso não está presa a alguma caracterização ou tipificação, está sendo um efeito de retomadas e deslocamentos no interior do discurso. Desse modo, a qualquer momento pode-se quebrar a correlação entre função semântica exercida por uma expressão significativa e a conceitualização dos objetos de que se está a falar com o uso de tais expressões.

A semântica formal, e sobretudo a teoria da descrição semântica, apenas fornece uma matriz orientadora para o estabelecimento de uma teoria ontológica, uma vez que qualquer aparato semântico-descritivo é compatível com diferentes suposições acerca do que são os valores semânticos atribuídos aos termos da linguagem. Uma ontologia, mesmo que tomada como uma teoria formal, entretanto, é mais do que isso, pois ela é também uma teoria do objeto, a qual é independente da linguagem.

A subsunção da Ontologia à Semântica, defendida por Tugendhat, apenas tem sentido se for aceita a tese inferencialista acerca da explanação semântica do conteúdo sentencial. Do contrário, ela é tão-somente uma decorrência do procedimento metodológico de distinguir linguagem e metalinguagem, do que se segue que as definições, sejam semânticas ou ontológicas, apenas são realizadas em uma metalinguagem e relativizadas a uma linguagem dada, o que implica que a definição das noções ontológicas seja dependente da gramática da metalinguagem. Isto não está sendo questionado aqui; porém, dizer isso está muito acúm

daquilo que a tese da dependência afirma. Pois, como se sabe, os termos primitivos da linguagem-objeto e, por conseguinte, da metalinguagem, contêm ou codificam o modo como o mundo é pensado, no sentido de uma repartição e articulação de objetos e propriedades, o que é assumido (ou estipulado) como dado. Desse modo, são as noções semânticas que são dependentes do poder expressivo da linguagem-objeto, e já pressupõem as tomadas de posição ontológicas. Por exemplo, se expressões como "Eu", "Nada", "Quadrado redondo", "Elétron", referem ou não, isso é um assunto sobre o qual as definições semânticas nada dizem, mas simplesmente assumem como resolvido. Que esta resolução acarrete opções e alterações no plano semântico, e vice-versa, apenas mostra a interconexão dos conceitos semânticos e ontológicos. Portanto, a questão da precedência é na verdade uma questão interna da teoria da descrição semântica, referente ao modo como definem-se os termos de uma linguagem.

3 A complementaridade do semântico e do ontológico

Embora a elucidação da significatividade de um sistema de expressão e a exposição da estrutura do domínio de objetos possa constituir um único lance de conceitualização, a determinação do que é que há e de sua estrutura não se confunde com o estabelecimento de uma teoria semântico-descritiva em que se explana a natureza e a estrutura da significatividade de uma linguagem. O que é referido continua sendo externo à linguagem, na exata proporção em que a linguagem é externa ao como e ao quê do existente. Da perspectiva da teoria da descrição semântica, a separação destas duas atividades aparece como a complementaridade entre os nexos inferenciais e os nexos referenciais ou, ainda, entre remissões anafóricas e remissões dêiticas, enquanto aspectos irreduzíveis da significatividade de uma linguagem.

Nessa perspectiva, defendo uma posição segundo a qual não é suficiente constatar a relatividade do valor semântico a modelos ou gramáticas para justificar a tese da separação entre as categorias semânticas e as ontológicas. Pois, para isso seria ainda necessário mostrar que as categorias semânticas são definíveis sem recurso às categorias ontológicas. A nossa hipótese é que isso justamente não se dá, uma vez que a noção de significatividade parece implicar as noções de entidade, propriedade e relação. Como solução, proponho que as noções semânticas e ontológicas sejam pensadas como complementares. Em gramática, com efeito, complementar diz-se da palavra ou expressão que completa o sentido de outra. De dois objetos, diz-se que são complementares, p. ex., as partes de um dispositivo, como é o caso da porca e do parafuso. Aplicada a dois conceitos, todavia, a noção de complementaridade significa que eles são conceitos que se corrigem reciprocamente e se integram na descrição de um fenômeno em uma teoria, como é o caso das noções de onda e partícula utilizadas em mecânica quântica na descrição de fenômenos óticos. A conceitualização das noções semânticas e ontológicas como complementares supõe a sua interdependência, mas mantém a autonomia de ambos os domínios, de tal modo que desaparece a possi-

bilidade de precedência de um sobre o outro. Significatividade e entidade, dizibilidade e objetividade, as temos concomitantemente.

A complementaridade diz respeito à definição dos termos e remete à dualidade da própria noção de definição: introduzir um objeto e instituir uma expressão significativa.⁴⁴ Dualidade esta fixada por Frege no que ele denominou de princípio superior das definições, "os nomes corretamente construídos devem sempre denotar alguma coisa",⁴⁵ conjuntamente com o princípio da completude, "uma definição de um conceito (possível predicado) deve ser completa, ela deve determinar indubitavelmente para cada objeto se ele cai sob o conceito (se o predicado pode ser afirmado dele com verdade) ou não".⁴⁶ Ora, este caráter bifuncional da definição é o que garante a objetividade daquilo que é alcançado por meio de derivações inferenciais. A dizibilidade ou expressabilidade de um determinado significado ou objeto, porém, pode constituir uma pista do que é que há apenas quando os termos iniciais referirem e as proposições primitivas forem verdadeiras. Ora, isto não está garantido senão ali onde se lida com uma linguagem estipulada.

Todavia, esta caracterização dos termos pode ser interpretada como base para garantir ou possibilitar a analiticidade e aprioricidade da relação de predicação no interior de uma teoria, no sentido de que uma vez cumpridos esses requisitos, estaria assegurado que as passagens inferenciais no interior da teoria sempre manteriam os nexos referenciais, de tal modo que bastaria a exploração inferencial para descrever o domínio de referência. Nessa situação, obviamente, os procedimentos de substituição e retomadas anafórico-inferenciais seriam equivalentes aos procedimentos de mapeamento referencial-extensional, naquele preciso sentido que se dá aos teoremas que mostram que a interpretação substitucional e objetual dos quantificadores são equivalentes.

O que alego é que a categorização e a estruturação do que acontece são concomitantes com o estabelecimento da dizibilidade do real, portanto, com o estabelecimento de uma estrutura semântica, a partir do que se instaura uma estrutura de sinais como significativa. Por isso, as noções ontológicas são a contraparte necessária das noções semânticas, elas nem precedem umas às outras, nem sucedem nem são indiferentes, antes são interdependentes. Esta interdependência é o nexo que faz a passagem do que é dito para o que acontece e do que acontece para o que é dito, passagem esta codificada na noção de verdade. Esta tese de modo algum implica que a existência seja dependente da significatividade; o que é posto como interdependente é antes a conceitualização da entidade e da significatividade. Em termos clássicos, é o *ser* do existente que é dependente da significatividade. Para que algo seja objeto de discurso ele tem que ter sido posto como

⁴⁴ PROUST, *op. cit.*, p. 206.

⁴⁵ FREGE, *Grundgesetze der Arithmetik I*, § 28, p. 45: "Rechtmässig gebildete Namen müssen immer etwas bedeuten".

⁴⁶ *Grundgesetze der Arithmetik II*, §56, p. 69: "Eine Definition eines Begriffes (möglichen Prädikates) muss vollständig sein, sie muss für jeden Gegenstand unzweideutig bestimmen, ob er unter den Begriff falle (ob das Prädikat mit Wahrheit von ihm ausgesagt werden könne) oder nicht".

determinável pelos predicados disponíveis na linguagem, os quais permitem dizer *o que ele é*, mas de modo algum põem a sua existência.

O ponto que quis mostrar com estas considerações está em que, mesmo quando o aparato referencial se reduz às variáveis, as propriedades do domínio de referência, ou da realidade pressuposta como correlata da significatividade, não são determinantes das propriedades semânticas das expressões, embora a estrutura geral, ou forma lógica, das articulações de expressões significativas esteja intrinsecamente correlacionada com a estrutura ou forma de articulação dos objetos e estados de coisas. Não porque uma seja o reflexo da outra, mas, antes disso, porque enquanto noções ou conceitos eles são concomitantes e complementares, um não podendo ser pensado sem o outro.

Por complementaridade entenda-se a não-indiferença, em primeiro lugar; depois, a não-hierarquia, no sentido de uma não ser logicamente primeira em relação a outra; e, por fim, a não-independência. Porém, desta não-independência não se segue que elas possam ser confundidas e intersubstituídas. A posição de entidade e a proposição de sentido são complementares e, por isso mesmo, uma não pode absorver a outra. Uma vez postos os objetos no domínio, com suas determinações ou propriedades, nada mais é necessário para se propor isso ou aquilo sobre tais objetos. Por exemplo, uma vez posto que cor exige extensão, a proposição de que algo tem cor implica a proposição de que este mesmo algo tem extensão; uma vez posto que João e Paulo são indivíduos diferentes, torna-se falsa imediatamente a proposição de que João é Paulo. As relações e propriedades ontológicas de um objeto determinam o modo como ele poderá ser alocado e expresso no discurso; e, por sua vez, as propriedades e relações semânticas de uma expressão determinam o modo como ela poderá ser utilizada para denotar entidades e propriedades. Entidade e significatividade, embora conceitos distintos apanhando aspectos diferentes da experiência vivida, apenas enquanto aspectos complementares de um complexo podem ser definidos e pensados em sua plenitude.⁴⁷

Referências

BRAIDA, C. R. Significatividade e verdade. *Kriterion*, v. 43, n. 105, p. 43-66, 2002.

CARNAP, R. *Meaning and Necessity: a study in semantics and modal logic*. 2. ed. Chicago: UC Press, 1958.

———. *The logical structure of the world & Pseudoproblems in philosophy*. Trad. R. A. George. Berkeley: University of California Pr, 1969.

CARPINTERO, M. G. The model-theoretic account of the logical properties. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, v. 34, n. 1, p. 107-31, 1993.

CHISHOLM, R. M. *On Metaphysics*. Minneapolis: University of Minnesota Pr., 1989.

COCCHIARELLA, N. B. *Logical investigations of predication theory and the problem of universals*. Napoli: Bibliopolis, 1986.

⁴⁷ Este texto é uma versão modificada do capítulo IX de minha tese de doutorado, *A complexidade do nexos semântico*, defendida no Departamento de Filosofia da PUC-RJ, em agosto de 2001.

- FREGE, G. *Grundgesetze der Arithmetik*. 2. Aufl. Hildesheim: G. Olms, 1962.
- MARTIN-LÖF, P. A Path from logic to metaphysics. *Atti del Congresso Nuovi problemi della logica e della filosofia della scienza*. Bologna: CLUEB, 1991, p. 141-149, v. 2.
- NORTON, B. G. *Linguistic frameworks and ontology: a re-examination of Carnap's metaphilosophy*. New York: Mouton, 1977.
- PEREGRIN, J. Language and its models: is model theory a theory of semantics. *Nordic Journal of Philosophical Logic*, v. 2, n. 1, p. 1-23, 1997.
- PROUST, J. *Questions de forme: Logique et proposition analytique de Kant à Carnap*. Paris: Fayard, 1986.
- QUINE, W. V. *Word and Object*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- SEIBT, J. Constitution theory and metaphysical neutrality. *The Monist* v. 83, n. 1, p. 161-183, 2000.
- SHER, G. *The bounds of logic: a generalized viewpoint*. Cambridge: MIT Pr., 1991.
- STRAWSON, P. F. *Analyse et métaphysique*. Paris: J. Vrin, 1985.
- TARSKI, A. *Logic, semantics, metamathematics*. 2. ed. Ed. by J. Corcoran, and transl. by J. H. Woodger. Indianapolis: Hackett, 1983.
- . The semantic conception of truth and the foundations of semantics. In: LINSKY, L. (Ed.). *Semantics and the philosophy of language*. Urbana: Univ. of Illinois Pr., 1970.
- TUGENDHAT, E. *Vorlesungen zur Einführung in die sprachanalytische Philosophie*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1976.